



A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CIVILIZAÇÃO NA OBRA “O PROCESSO CIVILIZADOR” DE NORBERT ÉLIAS

Cássio Marcelo Mochi¹

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade procurar compreender a concepção de Educação, Cultura e Civilização no período do renascimento, a partir da obra *O Processo Civilizador* do sociólogo Norbert Elias, que utiliza o método da sociogênese, em que o autor, através das atividades da vida cotidiana das pessoas, ou seja, a sua forma de se alimentar, os alimentos que digere, as suas vestimentas, a relação de suas necessidades fisiológicas naturais e os meios sociais, as formas de controle das paixões ou pulsões, procura compreender como a Europa constrói a concepção de Educação, Cultura e Civilização, que irão influenciar a sociedade ocidental. Dentro desta perspectiva, a própria forma de utilização da faca durante as refeições, pode denotar a mudança do conceito de educação e sua relação com o outro, assim como, introduzir a contradição existente entre o civilizado e o não-civilizado. A introdução de um objeto como a escarradeira e depois a sua retirada dos utensílios necessários a um ambiente próprio para os momentos de alimentação da família, demonstram mudanças de comportamentos que levam em consideração a construção de um referencial de educação, cultura e civilização, que, aliás, são conceitos que estão relacionados de forma intrínseca aos hábitos e forma de viver da civilização europeia.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Cultura; Civilização.

1 INTRODUÇÃO

Sob o ponto de vista da sociogênese, educação e cultura sempre existiram desde as mais remotas épocas, pois estes conceitos têm que ser analisados à luz de sua época e não pelo estabelecimento de um conceito contemporâneo, adaptando as situações do passado a este. Mas qual será o ponto de partida adotado por Elias? Não admitindo a possibilidade de que algo simplesmente tenha começado do nada, principalmente em se tratando de relações sociais, mas também sabendo da impossibilidade, diante da proposta apresentada, de realizar um estudo desde épocas imemoriais até os nossos dias, o autor toma como referência o fim da idade média, a sua passagem para o feudalismo, o mercantilismo e finalmente o capitalismo, para desenvolver o seu pensamento. Uma das razões é que o seu estudo visa desenvolver uma análise destes conceitos para a sociedade ocidental, e de outra forma, nos parece que as transformações sociais ocorridas nestas épocas vão de um certo modo influenciar diretamente as relações sociais e de poder nos dias atuais².

Estabelecido o referencial de época ainda tem uma outra questão: sobre qual perspectiva de análise ele parte, que torna o seu estudo praticamente ímpar quando de sua publicação, e mesmo para os dias atuais? Como sua visão de estudo se estabelece diante das relações sociais, ora menos complexas e em outros momentos bastante complexas? Qual a influência destas relações sociais nos momentos de passagem, ou transformação da idade média, o feudalismo e suas fases subsequentes? Como estes conceitos, a saber, cultura, educação, civilização puderam influenciar na formação do Estado, tal qual entendemos este termo nos dias atuais? O presente trabalho visa buscar respostas para estes e outros questionamentos.

Elias tem como referencial de análise o que há de mais natural na vida dos homens: a sua forma de se alimentar, os alimentos que digere, as suas vestimentas, a relação de suas necessidades fisiológicas naturais e os meios sociais, as formas de controle das paixões ou pulsões. O centro geográfico de seus estudos é a Europa, mais propriamente as nuances entre estes conceitos na Inglaterra, França e Alemanha, e as divergências na formação social destes povos, até porque o surgimento do termo “civilização” tem como referência a visão eurocentrista.

A forma como se dá a construção dos conceitos de educação, cultura e civilização, adquirem características diferentes entre os franceses e os alemães. Na França este processo ocorre através do diálogo entre a nobreza e a burguesia, que falavam o mesmo idioma, conviviam no mesmo ambiente, mas a sua convivência não deixava de ser cercada de conflitos, enquanto que na Alemanha o processo é mais disperso, pois está ainda não possuía uma unidade geográfica estável e ainda sofria barreiras com relação a uma unidade linguística, portanto, a nobreza falava o latim e o Francês e a classe dos intelectuais, além de estar espalhada

¹ Filósofo e Mestre em Ciências Jurídicas. Professor de Ciência Política, Economia Política e Teoria das Ciências Sociais do Departamento do Direito da UNICESUMAR – Maringá – PR. profcassiomarclo@gmail.com.

² Norbert Elias escreveu esta obra em 1935 e a sua primeira publicação foi em 1939 na Suíça. Nasceu em Breslau em 1897 e morreu em Amsterdam em 1990.



pelas diversas cidades-capitais, falavam o alemão. Um outro fator importante é que “os mecanismos de progresso social são diferentes nos dois países”³, pois se na França a ascensão burguesa na condição de intelectual facilitava a obtenção de um lugar na corte, o mesmo não ocorria na Alemanha, onde a nobreza resistia com todas as suas forças a tal ascensão. Neste sentido, Marx e Engels já tinham abordado algumas destas características na obra *A Ideologia Alemã*.

Mas qual é o conceito de educação enquanto ação individual do homem, cuja realização se dá somente no entrelaçamento e jogo de forças da sociedade? Aqui nos parece que tanto na Inglaterra, como na França e na Alemanha, existe uma convergência de conceitos. Numa correspondência trocada entre Goethe e Eckermann, para o primeiro, a educação não tem valor nenhum se não houver esforço para “superar nossas tendências naturais”⁴ e a vida em sociedade exige que “perante naturezas opostas temos que nos controlar, se queremos nos dar bem com elas”⁵. E este não é um pensamento exclusivo de Goethe, pois em toda a Europa era corrente que “as pessoas devem se harmonizar entre si e demonstrar consideração recíproca, que o indivíduo nem sempre deve dar vazão às suas emoções”, entre as regras que regem a vida em sociedade, o controle das emoções, das paixões, das pulsões, será um dos pontos que irá favorecer a passagem do homem guerreiro ao homem cortesão.

Sendo assim, é possível inferir que a educação é um “processo em que uma ou várias funções se desenvolvem gradualmente através do exercício e se aperfeiçoem”⁶, inserindo o homem como um todo na sociedade em que estabelece a sua existência. Para Elias esse desenvolvimento se dá pela mudança de comportamentos cuja trajetória não será abrupta, mas sim resultado de um processo mais lento e que se inicia geralmente, com a introdução de hábitos simples e naturais, como por exemplo, o ato de comer. Durante o desenvolvimento deste processo temos referenciais ímpares, cuja produção literária vão influenciar de modo decisivo a propagação destas mudanças, e um dos mais destacados é Erasmo de Rotterdam⁷, que em 1530 publica a obra *De civilitate morum puerilim* (Da civilidade em crianças), que somente durante a vida dele, “teve mais de 30 reedições”⁸, tendo se tornado quase que um referencial obrigatório para a nobreza de sua época, a ponto de em 1534 ser “adotado como livro-texto para educação de meninos”⁹. Segundo Elias,

o livro de Erasmo trata de um assunto muito simples: o comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, embora não exclusivamente, “do decoro corporal externo”. É dedicado a um menino nobre, filho de príncipe, e escrito para educação de crianças¹⁰.

A obra de Erasmo não é única e outras antecederem a sua existência, e mesmo outras foram publicadas a seu tempo, sendo que, um dos pontos levantados por Elias para o destaque de tal obra, é que ele ainda não está completamente desligado de conceitos medievais, embora já esteja inserido dentro do renascimento italiano, e, portanto, “em muitos aspectos situa-se inteiramente na tradição medieval”¹¹, ao mesmo tempo em que “este anuncia com clareza alguma coisa nova”¹², que seriam os conceitos de “cortesia da cavalaria-feudalismo”¹³.

Um outro ponto de referência importante na obra de Erasmo, é que ele “deu nova nitidez e força a uma palavra muito antiga e comum, *civilitas*”¹⁴ e que terminou por ser inserida em outras línguas importantes para o desenvolvimento da história do ocidente, como por exemplo, “a francesa *civilté*, a inglesa *civility*, a italiana *civiltà*, e a alemã *Zivilität*”¹⁵. Têm-se então um momento de transição entre o conceito de *courtoisie*, que se esvai de modo lento e o conceito de *civilté*, que acaba tornando-se mais comum na cultura ocidental. Segundo Elias, “isto é sinal de uma mudança comportamental de grandes proporções”¹⁶, e que influenciará inclusive, a formação do Estado, tal qual se concebe nos nossos dias.

Diante do exposto acerca do conceito de educação, surge um outro problema a resolver: quais os costumes apresentados por Elias que permite ao pesquisador, observar uma mudança de comportamento do homem medieval para o cortesão e posteriormente para o homem civilizado? Para o cavaleiro medieval a morte

³ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I. Tradução de Ruy Jungmann. Revisão e Apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, 2V, p. 45.

⁴ Idem, p. 47.

⁵ Ibidem.

⁶ Lalande, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. 2 ed. Tradução Fátima Sá Correia, Maria Emília V. Aguiar, José Eduardo Torres e Maria Gorete de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 287.

⁷ Doravante citaremos apenas como Erasmo.

⁸ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 68.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Idem, p. 69.

¹¹ Idem, p. 83.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Idem, p. 68.

¹⁵ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 68.

¹⁶ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 83.



não governa a vida¹⁷, embora fossem instituídos de um forte sentimento religioso¹⁸, esta condição não era suficiente para impedir que eles desfrutassem das alegrias desta vida. Eles eram cientes da aspereza de suas vidas, o que pode ser observado por alguns versos do *Distiche Catonis*, citado por Elias, onde o cavaleiro medieval parece ter ciência de que “a todos nós uma dura e incerta vida é dada”¹⁹, e a morte é enfrentada com honra, embora o destino de todos após a morte seja desconhecido, e num outro momento dos mesmos versos, é possível observar o encorajamento dos cavaleiros para não se preocuparem com a morte, pois caso contrário não poderão gozar das alegrias da vida. O prazer de matar era natural, fazia parte da condição de vida de um cavaleiro e a morte ao mesmo tempo em que era um troféu de vitória, quando se tratava de matar o inimigo, num outro momento, principalmente no ocaso de sua vida, seria o inimigo imbatível a ser enfrentado. Na sociedade medieval, no homem honrado e nobre, a “disposição para lutar, de armas na mão, era vital não só para os guerreiros, mas para a classe cavaleirosa”²⁰. Neste período, analisando o consumo de carne, pode-se perceber uma forte divisão de classes²¹, de um lado a chamada classe alta secular com um consumo elevado de carne, no lado oposto, a classe baixa, com um consumo mínimo, devido a escassez do gado e a necessidade de produzir alimentos para a classe alta, e ainda a classe religiosa, onde algumas tinham instituído a abstinência do consumo de carne. E as carnes eram servidas à mesa com o animal praticamente inteiro e os convivas trinchavam e comiam com as mãos e facas, que era um utensílio comum no dia a dia de todos. Nesta mesma divisão de classes, os cavaleiros tinham modos de vida muito semelhante ao dos camponeses.

No entanto, já diferenciando o final da idade média e os novos comportamentos exigidos pela cortesia, os manuais de boas maneiras, produzidos para a classe nobre, inclusive aquele escrito por Erasmo, traziam algumas considerações, ou formas de comportamento como, por exemplo, servir o melhor pedaço de carne ao convidado, não tocar na carne, mas utilizar-se de um garfo (que praticamente era o único garfo existente na mesa), o anfitrião deveria saber como cortar a carne, e todo este ritual era considerado uma atividade social, onde o anfitrião mostrava primeiro a abundância reinante em sua casa, depois as boas maneiras no trincar o animal. Mas já no século XVII essa atividade de trincar a carne deixa de ser recomendado e a passa a ser feito em local diferente, segundo Elias²² essa mudança pode ter como causa dois fatores: a diminuição dos membros que compõe a família e a “transferência de atividades de produção e processamento”²³, para especialistas, criando assim mais uma divisão de classes. Algumas pessoas se recusam a ver a morte e trincar de animais, pois começam a recusar e “suprimir de si mesmas todas as características que julgam ‘animais’”. De igual maneira, suprimem essas características em seus alimentos”²⁴.

Mudança semelhante de comportamento ocorre com o uso da faca, que se para o homem medieval era instrumento de uso comum e destinado a sua defesa, e, portanto, era utilizado na mesa, inclusive conduzindo alimentos à boca com a utilização da própria faca, na passagem para a cortesia, tal procedimento torna-se um tanto constrangedor e a sua recusa em utilizar procedimentos considerados anteriormente como normal, na maioria das vezes não recebe explicações racionais, como por exemplo, o fato de que ao passar a faca para outrem, pois se “passa uma faca a alguém, pegue-a pela ponta e lhe ofereça o cabo”²⁵, a explicação do porquê deste modo de proceder, não se preocupa com o conteúdo racional de tal procedimento, senão pelo fato de “não seria polido agir de outra maneira. Mas não é difícil perceber o significado emocional dessa instrução: ninguém deve virar a ponta da faca na direção de alguém, como se num ataque”²⁶. No entanto, ainda nesta época, os utensílios de mesa eram socializados, pois não havia talheres em abundância para todos, é possível citar o próprio uso da colher, onde na idade média as sopas eram tomadas em uma única tigela e todos bebiam no mesmo utensílio, já com a introdução da colher a mesma passa a ser usada para tomar a sopa, mas é muito comum o seu compartilhamento com outras pessoas, mesmo que para isso, os manuais de boas maneiras recomendem limpar as mesmas, antes de passar para outras pessoas, ou mesmo antes de introduzi-la no componente que contém os alimentos. Já o homem da “*civilité*” vai suprimir totalmente o ato de compartilhar elementos à mesa, pois cada um terá o seu garfo, a sua faca (normalmente um instrumento sem ponta), sua colher, copo, enfim, o que ele quer agora é que seja respeitada a sua individualidade, que passa a ser mais forte

¹⁷ Idem, p. 195.

¹⁸ Com relação à religião, Elias (1994, Vol. I, p. 198) nos diz que “a religião, a crença na onipotência punitiva ou premiadora de Deus nunca teve em si um efeito ‘civilizador’ ou de controle de emoções. Muito ao contrário, a religião é sempre exatamente tão ‘civilizada’ como a sociedade ou classe que a sustenta”. Elias não admite a interferência de um só fenômeno social na transformação da sociedade, mas procura sempre mostrar como uma série de fatos sociais estabelecem um conjunto, nem sempre harmônico, e que produzem as mudanças de forma lenta, mas nem sempre uniforme. No Volume 2 da obra “*O Processo Civilizador*” (1994, p. 244), em notas de rodapé, Elias retoma esta posição ao afirmar que “certas mudanças na situação e estrutura da classe média”, é que produziram mudanças “nos sentimentos religiosos”.

¹⁹ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 83.

²⁰ Idem, p. 196.

²¹ Idem, p. 125.

²² Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 127.

²³ Ibidem.

²⁴ Idem, p. 128.

²⁵ Idem, p. 130.

²⁶ Ibidem.



inclusive, que o seu lado social.

Para Elias, tal mudança pode ser vista inclusive no tocante ao comportamento da sexualidade, pois o que antes era falado de modo aberto para as crianças, e era comum as pessoas compartilhar o mesmo cômodo para dormirem, e normalmente sem roupas, assim como os banhos coletivos, passa a ser um pouco restrito na fase da cortesia e quase que totalmente suprimido na “*civilité*”. Há uma mudança de comportamento quando o instinto, a força física cede lugar a cortesia, sendo “progressivamente eliminado da vida pública da sociedade”²⁷ e como consequência, alguns impulsos terão que ser contidos, seja por uma questão social, seja pela imposição de algumas leis. Anterior a este momento,

a família era geralmente mais numerosa e – na classe alta – mais abundante os servidores domésticos naquele tempo. As pessoas falavam em geral com mais franqueza sobre os vários aspectos da vida instintiva e cediam com mais franqueza seus próprios impulsos em atos e palavras.²⁸

Mas quais as causas que produziram a diminuição do número de membros das famílias nobres? Na fase inicial do feudalismo, os nobres possuíam grandes extensões de terras, que eram suficientes para dividir entre seus herdeiros e lhes garantir uma vida cheia de benesses, no entanto, com o acirramento das lutas entre os diversos feudos, com a mera intenção de expandir domínios ou garantir um status de imponência de força, estes foram obrigados a se aliarem a alguns guerreiros, com a finalidade de constituírem exércitos capazes de lhes dar uma certa segurança, uma vez que ainda não existia o Estado, com seus exércitos pagos, capaz de garantir a ordem e mesmo a posse legal da propriedade. O pagamento era feito em forma de doação de extensões de terra²⁹, se num primeiro momento esse procedimento mostrou-se eficaz, um outro momento trouxe a estes senhores feudais um grande problema: essas doações não implicavam em fidelidade, pois era comum esses guerreiros se associarem a um outro senhor feudal, com a finalidade de também aumentar as suas posses. Ou seja, num primeiro momento as propriedades foram se fragmentando e tornando o sustento da nobreza, que vivia exclusivamente dos produtos da propriedade, quase que insustentável.

Um outro fator importante, e que nos dias atuais ainda produz a queda e também o surgimento de novas fortunas, foi que na Inglaterra no reinado de Francisco I até o ano de 1610, a “libra francesa foi desvalorizada na razão de aproximadamente 5 a 1”³⁰, e o aumento da circulação da moeda, juntamente com a ascensão da burguesia ao comércio, e o aumento do poder central, culminou com a queda da “renda de toda a nobreza restante”³¹. Enquanto os nobres e os guerreiros se preocupavam com as guerras e expandir as suas posses, a burguesia se infiltrava nas cortes e procurava a sua ascensão com o acúmulo de riquezas através do comércio. O resultado é que parte dos guerreiros e nobres passa agora à condição de empregados, e se submetem a ocuparem cargos de oficiais nos exércitos de reis mais poderosos e que de certa forma ainda conseguiam se manter como classe alta.

Há uma mudança na estrutura da sociedade e se antes essa nobreza pouco se relacionava com a classe mais baixa, a não ser na condição de serviçais e na cobrança de impostos, agora são seus oficiais diretos, convivem com os mesmos a maior parte de seu tempo e assim como eles são empregados, remunerados pelo mesmo senhor e praticamente sujeitos aos mesmos reveses. Agora uma parte considerável de nobres e guerreiros submetem-se a um outro tipo de situação social, tanto um, quanto o outro, não é “mais um homem relativamente livre, senhor de seu castelo, do que castelo que agora é sua pátria. Agora vive na corte. Serve ao príncipe. Presta-lhe serviços à mesa. E na corte vive cercado de pessoas”³², tudo isto em contraste com a sua situação anterior, onde o centro do poder era o castelo e este tinha uma vida autárquica³³, ele deixa de ser padrão de referência para adotar o padrão de um senhor com maior poder de domínio, ao qual ele precisa se adaptar, aprender novos padrões, novos modos de se comportar a mesa. Numa sociedade onde nem sempre a exibição das armas gera o poder da sedução das grandes alianças, uma outra forma começa a surgir, o poder da sedução pelo diálogo, pela demonstração de modos diferentes e mais refinados no comportamento. Ele vai ter que aprender a conviver com um novo objeto, que antes não significava muito no seu mundo: a moeda, pois agora o resultado de seu trabalho não mais será pago com terras, mas em espécie e as suas necessidades serão suprimidas também com esta forma de pagamento.

Com a maior utilização da moeda apresenta-se dois outros fatores sociais que contribuirão para a formação da próxima fase, uma é o aumento da população, não no tocante a nobreza, pois está diminuí, mas sim

²⁷ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 186.

²⁸ Idem, p. 187.

²⁹ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. II, p. 26.

³⁰ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. II, p. 21.

³¹ Ibidem.

³² Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 212.

³³ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. II, p. 60.



com relação a burguesia que se torna mais influente, tem mais recursos para investir na educação dos filhos e nos camponeses que se deslocam gradualmente do campo para os centros de concentração de população, e também o início da diferenciação do trabalho, pois agora passa a ter uma população mais concentrada na área urbana e que precisa gerar renda para a sua sobrevivência e necessita de um meio comum para receber e gastar o seus ganhos, ou seja, tem a sua disposição a moeda, que é de aceitação comum e pode ser trocada em qualquer lugar, fugindo assim das limitações do processo anterior, que era baseado na troca, ou melhor, dizendo, no escambo. Mas além de fatores materiais, tais como talheres, vestimentas, exposição de algumas necessidades fisiológicas naturais, têm-se o aumento de um outro elemento, que embora seja manifestada de forma íntima e variável entre os seres humanos, termina por assumir algumas situações comuns, é a vergonha.

Mas essencial para a passagem do estado de “*courtois*” para o de “*civilité*”, e que gradualmente vai se edificando ainda no primeiro estado, é a construção de uma barreira imaginária chamada por Elias de “vergonha”³⁴, pois aos poucos a sociedade vai deixando de mostrar, de compartilhar aspectos comuns e naturais de sua pessoa, ou seja, começa a existir uma certa repulsa em compartilhar o mesmo prato, a mesma sopeira, de assoar e escarrar em público, de liberar gases intestinais em ambientes públicos, de compartilhar os mesmos aposentos com outras pessoas na hora de dormir, é neste momento que começa a surgir como que “um sentimento de vergonha quando nossas próprias funções são expostas à vista de outros, e em absoluto apenas nessas ocasiões”³⁵.

Mas este avanço da civilização, onde a vergonha e o autocontrole impõem a restrição de alguns costumes que antes eram naturais, fornece substrato para uma outra transformação importante, o fato que “a vida dos seres humanos fica cada vez mais dividida entre uma esfera íntima e uma pública, entre comportamento secreto e público”³⁶. Qual será o termo que dará um vigor especial a estas novas duas esferas de ação humana?

É o termo “*civilité*”, já utilizado por Erasmo na obra *De civilitate morum puerilium*, e que no decorrer do processo civilizatório irá ganhar novos contornos e inclusive provocará uma reação do povo alemão, uma diferenciação entre “*kultur*” e “*zivilisation*”. Com o conceito “*civilité*” o povo francês invoca um estágio da “formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua comum é falada, inicialmente o italiano e, em seguida, cada vez mais, o francês”³⁷. Para Cuhe, a palavra civilização surge no século XVIII e “designa o afinamento dos costumes, e significa para eles o processo que arranca a humanidade da ignorância e da irracionalidade”³⁸. Para o povo inglês e francês, civilização está ligada a importância de suas nações para o progresso do ocidente, e “pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais e sociais”³⁹. Para o povo alemão, onde a unidade lingüística era um problema, pois a nobreza falava latim e francês e a classe culta falava o alemão, além das inúmeras divisões de estados e capitais o problema era mais complexo e a palavra utilizada era “*kultur*”, que “reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a ‘flores do campo’, a obras de arte, livros, sistemas religiosos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de *Kultur* limita”⁴⁰ a própria ideia de cultura.

O conceito de civilização unifica línguas e unidade cultural, e é resultado de um processo e “diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’”⁴¹, o conceito alemão de *Kultur* limita este processo e “dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos”⁴². Sob o ponto de vista da estrutura social alemã,

a cultura se opõe então à civilização como a profundidade se opõe à superficialidade. Para a *intelligentsia* burguesa alemã, a nobreza da corte, se ela é civilizada, tem singularmente uma grande falta de cultura. Como o povo simples também não tem esta cultura, a *intelligentsia* se considera de certa maneira investida da missão de desenvolver e fazer irradiar a cultura alemã.⁴³

Enquanto na França e na Inglaterra, a nobreza e a *intelligentsia* parecem estabelecer um pacto pela busca de um mesmo objetivo – ao menos para demonstrar que são civilizadas – na Alemanha temos uma disputa entre a nobreza e a *intelligentsia* para decidir de quem é a tarefa de conduzir uma identidade cultural capaz de identificar o povo alemão como um todo. Mas há um problema que os alemães ainda terão que enfrentar e que nesta época (séc. XVIII) já está aparentemente resolvido na França e Inglaterra, é a questão da unidade territorial, talvez seja

³⁴ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 82.

³⁵ Idem, p. 82.

³⁶ Idem, p. 188.

³⁷ Idem, p. 67.

³⁸ Cuhe, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 22.

³⁹ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 24.

⁴⁰ Idem, p. 24-25.

⁴¹ Idem, p. 24.

⁴² Idem, p. 25.

⁴³ Cuhe, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. p. 25.



este um dos fatores que o povo alemão procura no termo *Kultur*, identificar e respeitar as diferentes unidades culturais, assim como procurar “afirmar sua existência glorificando sua cultura”⁴⁴.

Um outro elemento não menos importante, é que enquanto na França a nobreza aceitava, mesmo que de modo disfarçado a ascensão da burguesia e sua participação na corte, na Alemanha a nobreza colocava barreiras praticamente intransponíveis para esta ascensão, o que praticamente impedia uma convivência dialética entre estas duas classes. A burguesia, onde se situava a *intelligentsia*, também tinha comportamento semelhante para com a classe mais baixa, pois “as portas debaixo devem permanecer fechadas. As que ficam acima têm que estar abertas”⁴⁵. Este tipo de estrutura social criava uma forte divisão de classes, assim como um muro intransponível, não permitindo um diálogo e o encontro de um denominador comum para traçar soluções de problemas que afligiam a todos. Segundo Elias o termo *Zivilisation* aparece com pouca ênfase na literatura alemã e o termo *Kultur* torna-se a

expressão da auto-imagem alemã. E aponta para as diferenças em autolegitimação, em caráter e comportamento total que, no início, existiram preponderantemente, embora não exclusivamente, entre determinadas classes e, em seguida, entre a nação alemã e outras nações⁴⁶.

Como na França no século XVIII praticamente não existia mais diferença entre os costumes da nobreza e da burguesia, assim como na Inglaterra, o conceito de *civilisation* foi o que prevaleceu no mundo ocidental.

Mas ainda uma questão a resolver: quais são as mudanças na estrutura social, que conduzem a passagem do homem que se comporta como um cortesão para aquele é civilizado? E ainda, seria possível estender esta questão para um outro ponto de análise: no campo político, o que ocorre com esta passagem? As respostas a estas questões são bastantes complexas e Elias destina quase que a totalidade do segundo volume da obra *O Processo Civilizador* para encaminhar uma possível solução a estas e outras questões correlacionadas.

Se na vida medieval o cavaleiro não tinha muitas perspectivas de uma vida futura, na sociedade de corte as condições para tal vida sofrem mudanças, e garantem, ao menos em tese, um futuro mais promissor e tranquilo. Mas é preciso um controle maior dos afetos, as reações físicas a certos deslizes das relações sociais não são mais permitidas, embora algumas sociedades ainda admitam o duelo entre cavaleiros. Contudo, uma mudança na estrutura política também pressionará os homens na mudança de seus comportamentos. Durante o feudalismo, com a maior circulação da moeda, constata-se uma parte da nobreza se desfazendo de suas terras, vendendo-as para reis que ainda mantinham um grande poder, e assim se apresenta uma maior concentração de poder. Têm-se então pequenos feudos que se transformam em feudos maiores, e estes depois em principados e com a diminuição dos conflitos internos na França, entre as classes que disputavam o poder, “os principados se moldavam em reinos e depois o poder real se transformava no Estado burguês”⁴⁷. Estas transformações são resultados também, do aumento da complexidade das relações sociais⁴⁸, pois a medida que elas aumentam, também aumenta a necessidade da existência de um poder central, capaz de agir como moderador dos conflitos e instituir padrões que deverão ser aceitos e praticados por todos, pois quem alcança o poder tem para si a prerrogativa de impor as suas próprias regularidades⁴⁹.

Com o surgimento do Estado, seja ele absolutista ou não, surge a necessidade da criação de cargos públicos, necessários à sua manutenção, neste processo de formação da mão de obra necessária ao Estado, a burguesia é quem irá estudar, se especializar para assumir estes cargos, e tal procedimento a levará ao poder e “lentamente, elementos burgueses suplantaram os elementos nobres e eclesiásticos no governo. A classe de servidores reais, ou ‘funcionários’, tornou-se –, em contraste com a situação vigente nos territórios germânicos – uma formação social exclusivamente burguesa”⁵⁰. Mas o objetivo da burguesia não era o de acabar com a nobreza, mas sim garantir para si os títulos aristocráticos e garantir as vantagens sociais e econômicas que tal distinção trazia, pois se a nobreza não era boa comerciante e pouco sabia administrar as vantagens de seus títulos, e esta é uma das causas de sua quase falência, o mesmo não acontece com a burguesia, que tem ânsia e necessidade de aumentar o seu poderio econômico, conquistando os títulos e usando-os em seu benefício. Pode-se dizer que neste aspecto psicológico do comportamento da burguesia, ela é cínica, mas sabe onde e como quer chegar.

Forma-se agora, os dois componentes básicos que irão produzir o surgimento do Estado, a saber: “o monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para administração”⁵¹, um novo jogo de

⁴⁴ Idem, p. 27.

⁴⁵ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. I, p. 37.

⁴⁶ Idem, p. 50.

⁴⁷ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. II, p. 139.

⁴⁸ Idem, p. 142.

⁴⁹ Idem, p. 148.

⁵⁰ Idem, p. 160.

⁵¹ Idem, p. 98.



forças e poder está estabelecido. Surge o Estado Moderno. De modo bastante sintético, é possível afirmar dizer que o feudalismo tinha a sua estrutura centrada na força física, nas armas; a corte consistia na distribuição de forças, mas não detinha um poder central capaz de moderar os desejos e pessoal especializado para dirigir as suas ações; o Estado tem um homem que equilibra os desejos, e um poder social influente de seu governante, pessoas qualificadas para exercer as funções administrativas de interesse comum, e a possibilidade legal de mobilização de força física para acalmar os distúrbios sempre que necessário. Neste sentido, o monopólio da força pelo Estado traduz-se em segurança para as demais classes, inclusive para as classes mais baixas⁵² e também impõe a todos, um maior autocontrole de suas pulsões.

Com o surgimento do Estado, as relações passam a ser mais complexas e aumenta o grau de interdependência, e temos um novo agente que produzirá mudanças comportamentais importantes. Neste momento o homem “estava mais limitado pela dependência funcional das atividades de um número sempre maior de pessoas, tornou-se também mais restringido na conduta, nas possibilidades de satisfazer diretamente seus anseios e paixões”⁵³, se anteriormente ele tinha liberdade para expressar determinadas paixões, agora é preciso um autocontrole maior e elas só podem ser liberadas internamente, seja através de sonhos ou com a leitura. No entanto, esta nova forma de comportamento pode trazer alguns dissabores e ela não ocorre de modo pacífico, pois “a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes”⁵⁴. A intensidade destas cicatrizes será determinada por uma certa “sorte”⁵⁵, que não pode ser prevista.

O processo civilizador traz consigo uma mistura de padrões, e como consequência ocorre uma diminuição do contraste na sociedade e nos indivíduos, que passam agora a ter um mesmo padrão regendo os seus comportamentos, ao mesmo tempo em que recebem uma mesma pressão, para manter os seus autocontroles dentro dos padrões. Muitos dos comportamentos dos indivíduos não são agora mais expressões da sua natureza, mas uma certa obediência aos novos padrões e o indivíduo encontra-se consigo mesmo, somente quando se fecha em seu quarto ou outro ambiente qualquer, recusando-se ao convívio social. O ponto de vista cortês recusaria a ver este indivíduo como um ser humano, pois naquele momento da história, o “indivíduo é sempre visto em seu contexto social, como um ser humano em relação com outros, como um indivíduo numa situação social”⁵⁶. Este processo é resultado de lutas, de choques de classes, de ideias, de comportamentos, onde cada qual procura encontrar um ponto de equilíbrio para as suas ações.

Novamente a vergonha assume um meio de pressão para o autocontrole dos indivíduos, pois “a vergonha tira sua coloração específica do fato de que a pessoa que a sente fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com pessoas a quem está ligada de uma ou de outra forma, e consigo mesma”⁵⁷, pois o alto grau de interdependência praticamente impossibilita a nossa sobrevivência numa sociedade onde as pessoas recusam o nosso convívio. A vergonha é um agente que age como um freio as pulsões que não são reguladas pela razão, pelos padrões estabelecido pela nova estrutura da sociedade. Se na idade média tomar sopa colocando a boca diretamente na tigela era um comportamento normal, qual pai não se sentiria envergonhado se o seu filho realizasse o mesmo procedimento, ainda que utilizasse o seu próprio prato? Neste ato não se pode invocar a “racionalidade”, pois nada existe que contrarie os princípios de higiene, mas temos um fator de pressão social e que não precisa de nenhum argumento racional para a sua justificativa, ou seja: não é este o padrão adotado pela sociedade atual. Tomar sopa irá exigir sempre uma colher.

Finalizando, para Elias o processo civilizador está sempre em andamento, pois para que ele seja finalizado, seria necessário dominar as “tensões entre e dentro de Estados”⁵⁸, e para que isso seja possível, é imperioso suprimir dos homens as pulsões, as paixões, os desejos que o lançam a novos desafios, a novas conquistas, a novas descobertas de si e para si, o que parece exigir a supressão de própria natureza humana.

No entanto, para que se possa caminhar de modo satisfatório em direção à civilização, parece que Elias está sempre a chamar a atenção do leitor para a sua existência: a educação, compreendida em toda a sua extensão, como fio condutor de todas relações humanas, seja a que através do comportamento permite o estabelecimento de relações sociais, ou que transforma os hábitos dos homens, ou mesmo aquela que permite superar as diferenças e diminuir os contrastes entre as diferentes sociedades, ou a educação que diminui as diferenças de classes e oferece a todos as mesmas condições. Segundo Elias, o “aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessárias tanto para escreve-los quanto para lê-los”⁵⁹,

⁵² Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. II, p. 200.

⁵³ Idem, p. 203.

⁵⁴ Idem, p. 205.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Idem, p. 228.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. II, p. 273.

⁵⁹ Idem, p. 229.



sob esta ótica, é possível inferir que infelizmente a realidade brasileira está muito longe deste processo civilizador.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de uma leitura estrutural do texto, ou seja, procurando perquirir dentro do próprio texto, como o autor constrói a sua linha de visada e qual o seu ponto de partida e de chegada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como se trata de uma leitura filosófica e sociológica da obra em questão, o resultado alcançado foi a demonstração de como é possível realizar uma leitura da sociedade a partir de uma sociogênese de seus costumes, principalmente da alimentação e seus instrumentos.

4 CONCLUSÃO

Normalmente se observa a sociedade a partir do comportamento resultante do espaço coletivo, como nos ensina Durkheim, quando explica o que é o fato social. Com Norbert Elias se aprende que na vida em sociedade, a ideia de educação, cultura e civilização, pode ser construída a partir de movimentos que podem parecer singelos, mecânicos e apenas necessários, como o ato de portar ou não talheres à mesa de refeições. Os costumes e os atos de se alimentar e higiene reflete mudanças, não só no perfil da sociedade, como alterações entre as classes sociais. Sendo assim, estudar o fenômeno social pode requerer a observação de sutilezas e não apenas de fatos e atos que marcam mudanças drásticas de comportamento ou conduta.

REFERÊNCIAS

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. I. Tradução de Ruy Jungmann. Revisão e Apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, 2V.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. II. Tradução de Ruy Jungmann. Revisão e Apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 2V.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 2 ed. Tradução Fátima Sá Correia, Maria Emília V. Aguiar, José Eduardo Torres e Maria Gorete de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1996.